

Paternidade Responsável

Tânia Guirro (RO)

O Projeto Paternidade Responsável, do Tribunal de Justiça de Rondônia, visa primordialmente zelar para que crianças e adolescentes exerçam o direito ao nome paterno nos seus registros de nascimento, buscando a aproximação física e afetiva com o pai biológico, o acesso à pensão alimentícia, consoante os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, e direitos hereditários (herança, pensão por morte). Mais de sete mil crianças em idade escolar estão cadastradas no Projeto só em Porto Velho.

O objetivo da mobilização é permitir uma maior e mais fácil aproximação do pai biológico com o filho, suprimindo a contenda judicial, evitando o abarrotamento do Poder Judiciário com novas ações de paternidade, dinamizando e proporcionando uma solução mais rápida para a questão da identificação paterna. Conforme relatos de professores e educadores, a falta da figura paterna influi muito negativamente no desenvolvimento psicológico, social e do aprendizado da criança.

O reconhecimento espontâneo através de audiências de conciliação é o ideal, mas, caso não haja acordo, será iniciada a ação de investigação de paternidade. O Projeto conta com parcerias e, assim, a paternidade poderá ser precisada através do exame de DNA, ao custo de R\$ 200,00 o trio. De acordo com a coordenadora do Projeto, juíza Tânia Mara Guirro, todas as crianças cadastradas terão resposta do Poder Judiciário rondoniense, seja através de reconhecimento espontâneo da paternidade, seja através do início de Ação de Investigação de Paternidade, cumulada ou não com alimentos.

Em Rondônia, o Projeto conta com o apoio do Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação e da mídia local.

